Entendendo a distribuição de competências no contexto da Administração Pública

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Israel Batista Müller
Bráulio Aparecido Vieira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Se tratando de Administração Pública, a distribuição de competências é essencial para garantir a eficiência e eficácia na prestação de serviços à sociedade. Este assunto aborda a destinação de responsabilidades entre diferentes níveis de governo e órgãos, evento que ocorre logo após a descentralização da União, Estados, DF e Municípios, para autarquias, fundações, empresas de capital misto e empresas públicas. E em seguida a desconcentração, com criação de ministérios, departamentos e afins, visando otimizar recursos públicos e promover o bem-estar social. Visando a criação consciente e fiscalizada de novos setores. Entender como essa distribuição ocorre é fundamental para uma gestão pública transparente e responsável.

Objetivo

Este estudo visa analisar a distribuição de competências na Administração Pública, compreendendo como ela influencia a prestação de serviços à população e a governança pública.

Material e Métodos

Será realizada uma revisão bibliográfica abrangendo teorias sobre federalismo, descentralização e desconcentração administrativa, e legislação pertinente. Serão analisados documentos oficiais, como constituição de 1988, e leis, além de estudos de casos de diferentes países como Estados Unidos e Reino Unido, para comparar modelos de distribuição de competências. Métodos qualitativos serão empregados para a interpretação e análise dos dados coletados.

Resultados e Discussão

A distribuição de competências na Administração Pública varia de acordo com o sistema político e organizacional de cada país. Em regimes federativos, como o Brasil e os Estados Unidos, há uma clara divisão de responsabilidades entre os entes federativos, com competências específicas para cada nível de governo. Já em sistemas unitários, como o Reino Unido, o poder é centralizado, mas ainda assim pode haver alguma forma de descentralização. A eficácia da distribuição de competências depende da capacidade de coordenação e cooperação, evitando sobreposições e lacunas na prestação de serviços. A descentralização pode promover maior proximidade entre governo e cidadãos, facilitando a identificação de demandas locais. No entanto, a fragmentação

excessiva de competências pode gerar conflitos de interesse, portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre a autonomia local e a coordenação centralizada para garantir uma governança eficiente e responsável.

Conclusão

A distribuição de competências na Administração Pública desempenha um papel crucial na organização e funcionamento do Estado. Uma abordagem equilibrada e bem coordenada pode promover a eficiência na prestação de serviços e a participação cidadã, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida da população.

Referências

Teorias das relações jurídicas da prestação de serviço público sob regime de concessão - 1 ed./2015, de Andrade, Letícia Queiroz de. Série Temas de direito administrativo (35), vol. 35. Editora Malheiros Editores LTDA, capa mole em português, 2015

Administração Pública Digital - 2ª Ed - 2024: Proposições Para O Aperfeiçoamento Do Regime Jurídico Administrativo

https://www.jusbrasil.com.br

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.